

**SOLIDARIEDADE EM REDES:  
limites de uma prática, possibilidades de uma ação**

*Social Network :  
Limits of a practice, possibilities for action*

Angie Gomes Gomes Biondi <sup>1</sup>

**Resumo:** O discurso da comum humanidade que vinculava sofredor e espectador na base de uma moralidade piedosa caducou frente às solicitações de uma sociedade tecnológica, multicultural e pluralista. Ao repertório do protesto e da denúncia, como instrumentos privilegiados da modernidade, prevalecem agora novos apelos à chamada “sensibilidade humanitária” (CHOULIARAKI, 2013) posta diretamente a cada sujeito social conectado. Deste modo, uma profusão de causas individuais tem se amontoado nas redes sociais (não raro, multiplicadas pelos meios de comunicação tradicionais) todos os dias. Causas que se declaram legítimas e justificáveis em tempos de uma precária e insuficiente participação do Estado e que se orientam para uma ação direta às vítimas e oprimidos. Contudo, as interações afetivas que subjazem estes apelos solidários se coadunam à lógica de um capitalismo flexível que toma a própria vida em sua vertente criativa, como núcleo de produção econômica, ou seja, como forma de capitalização da própria vida cotidiana. Neste texto, buscamos desenvolver uma etapa descritiva destas convocações solidárias como uma prática baseada na lógica conexcionista que tem vigorado em nossa sociedade. Alguns casos são trazidos para pensar o lugar da vítima enquanto instância privilegiada de sua própria enunciação, os mecanismos de visibilidade que são articulados na comunicação modulada pelas redes e em que medida é possível pensar tais práticas como uma espécie de atualização das ações solidárias baseadas em uma “política do conexionismo”, conforme indicam os estudos de Boltanski e Chiapello (2013).

**Palavras-chave:** Solidariedade; Conexionismo; Capitalismo flexível; Vítima;

**Abstract:** Common humanity like a modern speech that linked sufferer and spectator in the politics of pity, like the base of a pious and anyone morality, expired forward requests to a technological, multicultural and pluralistic society. Instead of protest and denunciation as major instruments of modernity, now prevail other and new calls for

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. Doutorado em Comunicação Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. E-mail: angiebiondina@gmail.com.

an “humanitari an sensibility”(CHOULIARAKI, 2013) directed to each social subject. A special profusion of individual cases has been dumped on social networks (often multiplied by tradicional media) everyday. These causes are legitimate and justified in times of poorand in sufficient stat involvement. On the other hand these causes are oriented to directacti on victms and oppressed people. However, affective interaction sthat under liethese solidarity appeals seem stobe in line with the logico flexible capitalism, taking his own life in creative side as the core of economic production, finally, as a special way of capitalization the everyday life. In this paper we want to develop a descriptive estage of these solidarity convocations like a practice based on a connection ismlogic that has been place in our society. Some cases are used to think about the place of the victim, about the visibility mechanisms wich are articulated in a communication network and finally how we can get these practices as a sort of solidarity actions based on a “policy of connectionism”, as indicated by Boltanskiand Chiapello (2013).

**Keywords:** Solidarity; Connectionism; Flexible Capitalism; Victim.

## Introdução

Em um momento inicial de pesquisa<sup>2</sup> enfatizamos certo deslocamento na perspectiva moderna da solidariedade. Seguindo os parâmetros de alguns estudos contemporâneos (CHOULIARAKI, 2011; RORTY, 1999; HABERMAS, 1999) buscamos indicar os modos pelos quais a solidariedade passou a constituir parte da expressão de uma individualidade e da valorização da autoimagem, simultaneamente, vinculados ao processo de uma “comoditização” (CHOULIARAKI, 2010, 122).

Muito deste trabalho apontou certo grau diferenciado entre as posições dos seus agentes. Sofredor e espectador, sobretudo na visão de Chouliaraki (2011), conformavam as figuras centrais e polarizadas que demarcavam a concepção moderna de solidariedade. Ambos partilhavam de posições opostas, assimétricas, mas também complementares que fomentaram, durante décadas, a própria dificuldade de estabelecer pontos equânimes na relação entre a suposta distância moral entre o que sofre e o que vê.

---

<sup>2</sup> Uma primeira abordagem deste trabalho de pesquisa foi apresentada no XXII Encontro Compós, 2013.

Tais posições eram baseadas na acepção da “comum humanidade” (BOLTANSKI, 1999) como um valor universal que preconizava a vulnerabilidade do outro como fator de responsabilização ou culpa por parte de quem apenas assiste, à distância. Depois de exposto este antagonismo estrutural, causas e ações humanitárias trataram de apaziguar sua natureza anódina perante o público através da valorização do efeito legitimador de suas causas por discursos positivos que conduziriam o espectador a um papel diferenciado neste jogo.

Diante deste deslocamento, o espectador atual deixaria a posição de sujeito compassivo, piedoso ou indignado, que marcou seu lugar na modernidade, e passaria a ser visto como um potencial agente cooperativo. Deste modo, sua decisão estaria muito mais vinculada às estratégias empáticas que modelaram a visibilidade do sofrimento e às causas trágicas consideradas mais pertinentes ao seu universo de referência que justificassem algum grau de seu engajamento. A crítica de Chouliaraki (2011) incidiu, então, sobre um processo que, segundo ela, acabou conduzindo a concepção da solidariedade como elemento de construção implícito de uma prática altruísta e irônica marcadamente contemporânea.

Se de um lado foram retiradas as amarras morais do espectador do sofrimento alheio cabendo a ele a decisão de refutar ou aderir a uma causa, de participar ou se abster de uma ação, conforme seu grau de identificação para com o sofrimento que se apresentasse, de outro lado, se acirraram as disputas em torno da visibilidade dos sofredores.

Neste contexto de mudanças é que a mídia participa como novo agente referencial que fomenta um utilitarismo crescente embasado em um tipo de consumismo de crenças humanitárias bastante astutas. Livre do imperativo moral que constringia o espectador aos revezes sentimentais modernos agora ele se encontraria enredado por um tipo de comunicação midiática que não é previamente organizado e endereçado a uma coletividade pré-existente de espectadores passivos e bem informados sobre as mazelas do mundo, mas constitui um corpo coletivo de ação no processo mesmo de visualização e narração das contingências trágicas (CHOULIARAKI, 2010, 111). É, pois, intrínseco ao processo de midiaticização.

Deste modo, o espectador passou a ser concebido em sua posição potencial e não mais determinada enquanto público, ou seja, não mais polarizado e antagônico em relação ao sofredor. Daí porque naquele momento de pesquisa foi relevante classificar o discurso midiático do humanitarismo como um tipo de comunicação mais performativa - naquilo que o termo indica como disposição para ação - logo, sem esquemas rígidos, que moldaria uma estrutura e a posição de audiência pré-concebida. Portanto, coube classificar melhor o espectador na alcunha de agente cooperativo cuja atitude solidária, mesmo pontual, seria legitimada pelos discursos midiáticos que buscam, estrategicamente, mobilizar o espectador enfatizando sua capacidade reflexiva e autônoma, valorizando-o enquanto sujeito de poder, de identidade global e atuação transfronteira; distante, portanto, da antiquada classificação de “mero espectador do sofrimento alheio” (CHOULIARAKI, 2011, 368).

Se um primeiro momento de análise nos conduziu a uma reflexão mais detida da posição do espectador enredado neste conjunto de implicações cabe agora observar como está modulado o outro agente complementar neste processo – a vítima. Trata-se de refletir sobre sua posição em um tipo de arranjo peculiar entre três pontos deste processo: enunciação, mediação e visibilidade.

### **A rede e o dispositivo**

Segundo Boltanski e Chiapello (2013), desde meados de 1980 houve um recrudescimento da miséria mundial causado pelo intenso desenvolvimento unilateral de algumas sociedades. Entretanto, este mesmo período apresentou um processo de desqualificação e mesmo de descrédito das instâncias críticas que haviam predominado nas duas décadas anteriores.

Diante desta fragilidade e da ausência de uma teoria argumentativa que possibilitasse fundamentar a revolta na razão, a preocupação social e os movimentos de militância política (decepcionados com a ineficácia das organizações sindicais e as manobras políticas das instituições) que a acompanharam passaram a adotar a forma da

ação humanitária criando, assim, novas formas de associações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, 357).

Em boa medida, este movimento significou uma atualização das ações humanitárias em sua proposta de engajamento e ajuda direta às vítimas prescindindo de uma cadeia de intermediários e representantes. É curioso notar que a ação humanitária obtinha, até então, uma posição menos prestigiada por uma crítica que a considerava apolítica. Isso porque seu trabalho, em geral, de caridade religiosa ou de cunho assistencialista foi logo taxada como complacente ou hipócrita.

Até então, no campo da concepção política, a ação tida como válida era a revolta popular e a denúncia era considerada o meio legítimo para o reconhecimento de causas sociais. Porém, mesmo tendo recebido certa atenção e conseguido uma classificação menos duvidosa junto à sociedade a ação humanitária não foi suficiente para mitigar a miséria crescente.

Novos movimentos sociais e agrupamentos de classe surgiram, mas o humanitarismo já havia se firmado como uma forma plausível (senão legítima) de prática política, mesmo com seus projetos às causas pontuais e de alcance limitados.

Às organizações rígidas, cuja burocratização expõe ao risco deantepor os interesses da organização ao interesse das pessoas que ela pretende defender, eles opõem formas maleáveis, flexíveis, recorrendo por ocasião de eventos precisos (definidos como projetos e muitas vezes intencionalmente divulgados pela mídia, como, por exemplo, ocupações de imóveis) a pessoas investidas de títulos diferentes e em torno de aspectos diversos. Não pedem àqueles que ajudam nesses eventos uma adesão total em todos os aspectos, mas apenas uma concordância tópica sobre a validade da ação promovida. Esses movimentos reivindicam respeito à heterogeneidade e à pluralidade de modos e motivos de engajamento, em contraposição à obra de homogeneização ideológica das organizações tradicionais, denunciada como totalitária (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, 360).

Para Boltanski e Chiapello (2013), o “novo espírito do capitalismo” ao invés de buscar a normatização e a disciplina que regularam a modernidade passou a reconhecer, valorizar e, sobretudo, assimilar as formas flexíveis da experiência, a força de produção de singularidades, a inventividade, a formação de teias comuns e a criação de si com o outro. Houve não apenas a formulação de uma “nova gramática mínima do elo”

(BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, 175), mas uma renovada “política do conexionismo”.

A noção de rede respalda, segundo os autores, outra representação de mundo sustentada pela intersecção entre o discurso da gestão empresarial (impulsionado nos anos 80) e o discurso das ciências sociais.

Além disso, a facilidade com que se difundiu a referência às redes, à velocidade de difusão das pesquisas especializadas e os novos empregos que ensejaram tornam arriscada qualquer tentativa de traçar uma linha divisória nítida entre um ‘uso científico’ e um ‘uso ideológico’ dos temas reticulares (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, 174).

A compreensão de rede se aproxima aqui daquela do dispositivo *deleuziano* na medida em que seu modo de existência, isto é, seu funcionamento, é observado a partir do plano de imanência. No plano imanente, as relações tecidas e observáveis não são mensuráveis nem ordenadas, mas constituídas por variações de velocidades e ritmos atravessadas por dimensões de multiplicidades. Portanto, devem ser avaliadas de acordo com critérios imanentes, segundo seu teor de possibilidade, de liberdade, de criatividade, mas sem apelar para valores transcendentos (DELEUZE, 1996). É na imanência que, segundo Deleuze, se pode observar a atuação (ou melhor, a regularidade) das curvas de visibilidade e das curvas de enunciação de um dispositivo.

Seguindo a lógica de Boltanski e Chiapello (2013), este movimento de aproximação entre rede e dispositivo se explica quando a própria crítica passa a ser assimilada pelo capitalismo contemporâneo.

Assim, por exemplo, as qualidades que, nesse novo espírito, são penhores de sucesso - autonomia, espontaneidade, mobilidade, capacidaderizomática, polivalência (em oposição à especialização estrita da antiga divisão do trabalho), comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, intuição visionária, sensibilidade para as diferenças, capacidade de dar atenção à vivência alheia, aceitação de múltiplas experiências, atração pelo informal e busca de contatos interpessoais- são diretamente extraídas do repertório de maio de 68 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2013, 130).

Deste modo, como destacaram Boltanski e Chiapello (2013), a nova conformação política e social de um capitalismo flexível alterou a formação dos

agentes, entretanto não provocou profundas modificações estruturais. O modelo representativo do sujeito-objeto, lido nas figuras do sofredor-espectador, se mantém apesar de serem renovadas as formas de enunciação dos seus agentes e os modos de acesso às mazelas da vida ordinária, agora moduladas em rede, de modo direto e, supostamente, sem mediadores.

Ao repertório do protesto e da denúncia como instrumentos privilegiados da modernidade prevalecem novos apelos à chamada “sensibilidade humanitária” ou “pós-humanitária”, como pretende Chouliaraki (2013), diretamente a cada sujeito social conectado. Assim, uma profusão de causas individuais, cada vez mais, vem se amontoar nas conhecidas redes sociais (não raro, multiplicadas pelos meios de comunicação tradicionais) todos os dias. Causas que se declaram legítimas e justificáveis em tempos de uma precária e insuficiente participação do Estado e que se orienta à ação direta aos oprimidos.

Na perspectiva moderna, “nós” e o “outro” (sempre na posição de vítima) eram os agentes que se enredavam em uma trama baseada no esquema representativo antagônico do sujeito-objeto. A diferença atual, sublinhada por uma pesquisadora como Chouliaraki (2011; 2013), é que à declaração da falência pessoal do espectador diante do sofrimento inalcançável do outro, se põe um jogo simultâneo de singularidades. De um lado, se coloca o agente solidário como alguém que agora pode mudar, mesmo pontualmente, a realidade do sofrimento legitimada por um discurso de “auto-empoderamento”, de outro, se põe a singularidade do agente vitimado que pressupõe uma autonomia - antes negada pelo silêncio resignado do preconceito e da discriminação e que lhe impunha a vergonha como censura moral - agora flexibilizada pela possibilidade (ou seria imperativo?) da autoprojeção.

Se o próprio sofredor pode e deve falar por si, o solidário é aquele que também pode (e talvez deva) ajudar diretamente. Ambos os movimentos são facilitados, de modo cada vez mais prático e instantâneo, pelas ferramentas tecnológicas que atuam em

rede e que valorizam a auto-exposição como fator que serve à atualização ou renovação da causa em voga.

Este apelo, então, se direcionaria à exaltação da capacidade reflexiva do espectador – denominado “sujeito solidário”, “agente cooperativo”- que, convocando seu próprio julgamento, é livre para se posicionar nos movimentos de adesão ou recusa de uma causa. Neste sentido, a distância física e as diferenças étnicas, culturais, de gênero, entre outras, passam a ser relativizadas, pois se trata agora de evocar uma sensibilidade humanitária global baseada na gratificação pessoal e no espelhamento de figuras públicas (e aqui se inserem celebridades instantâneas, *pop stars*, modelos e anônimos “famosinhos”) que, segundo Chouliaraki (2013), têm ocupado o lugar de fala e se tornado triviais no horizonte de visibilidade contemporâneo.

Percebemos que aqui há uma série de deslocamentos e reformulações que tanto colocam em xeque a caracterização dos agentes da solidariedade quanto trazem à tona um conjunto de desdobramentos e implicações estéticas, morais e políticas que reformulam os quadros da sociabilidade e subjetividade atuais. Cabe refletir, portanto, tais práticas midiáticas envolvidas e analisar as (re)formulações que dela advêm em configurações de modos de vida na cultura que se diz contemporânea.

### **Solidariedade em redes em grandes narrativas**

Foi o que houve com o tema da solidariedade, mais especificamente, com certa convocação midiática de formas de solidariedade baseada na afirmação de que vivemos uma “era do pós-humanitarismo” (CHOULIARAKI, 2010; 2013)<sup>3</sup>. Expressão que condensa, a nosso ver, um conjunto de problemáticas referente a um recorte que se

---

<sup>3</sup> Referenciamos dois textos que consideramos principais acerca desta discussão, mas há uma ampla produção de pesquisa e publicações indicada na página institucional da autora, no Department of Media and Communications, London School of Economics and Political Science. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/media@lse/whosWho/AcademicStaff/LilieChouliaraki.aspx>

pretende classificar como certo dado cultural da contemporaneidade onde se indicam (e reconhecem) os processos midiáticos como seus principais referenciais.

De fato, uma série de rubricas vem se impondo nas pautas de noticiários e discussões diversas que parecem não apenas escandir certas concepções e ideias outrora estabelecidas, mas solicitar revisões conceituais em favor das mudanças nas diversas práticas cotidianas. Transita, neste campo, um léxico que sempre inspirou e estruturou a esfera social: “comunidade”, “solidariedade”, “justiça”, “liberdade”, “direitos”, entre outros, imanente ao modo como as sociedades se pensaram historicamente e às formas como inscreveram suas práticas criadoras na transformação de suas próprias formas de vida em comum.

Este conjunto de conceitos e suas ressonâncias parecem retornar com força no cenário contemporâneo e solicitar um debate mais intenso de suas nuances e deslocamentos, já que em sua qualidade constitutiva sempre transportaram, simbolicamente, a vida em sociedade, o *estar junto com*. E, para isso, enunciaram um “nós” diante da formulação do “outro”.

Entretanto, vimos que certas mudanças trazidas, sobretudo, pela integração de novas ferramentas tecnológicas e comunicacionais possibilitaram formas alternativas de enunciação, mediação e visibilidade como as três principais instâncias de manejo deste léxico. De modo que se torna necessário questionar se ainda conserva esta força inspiradora e de que modo resguarda uma função representativa, tanto política quanto cultural, em uma sociedade reconhecidamente fragmentada e fragmentária das relações.

É esta reflexão que nos propomos ao indicar a solidariedade como um dos temas em que é possível notar certa efervescência nas pautas atuais.

Como uma breve indicação a partir de alguns materiais empíricos sobre o tema, um dos primeiros aspectos a ressaltar é certa alteração classificatória dos fatos que se inscrevem como possíveis geradores ou “ativadores” de solidariedade. Se antes parecia haver maior espaço da mídia - e atenção do público - para o que se anunciava como uma catástrofe, uma guerra, uma epidemia ou qualquer outra manifestação trágica em larga

escala, hoje parece haver um movimento em paralelo, mas em direção contrária, à dimensão ampliada destas mazelas.

Não é mais (ou não só) a proporção espetacular e grandiosa de determinado infortúnio o que garante atenção, espaço ou interesse de veículos e públicos, mas sim a sua capacidade de mobilização e, porque não, de replicação, que lhe garante o *status* de um fenômeno para o qual se deve olhar, falar e também se solidarizar de algum modo. Para isso tem sido preciso particularizar os acontecimentos deste tipo, lhe atribuir um rosto - não uma identidade -, mas uma consistência individual, uma experiência de vida, enfim, uma subjetividade que promove interações propriamente afetivas. O relato/retrato biográfico disseminado nas redes sociais, por exemplo, se torna um tipo de instrumento mais eficiente que a “notícia fria” veiculada pela imprensa oficial com sua ênfase em estatísticas e especulação de causas.

Neste contexto, os espaços tradicionais de informação e mídia concorrem com as mais simples notas postadas em *blogs*, redes sociais, *fotologs* ou *sites* de vídeos digitais que chamam a atenção para o drama individual *in loco*. É possível à própria vítima se expor, se mostrar, evidenciar no corpo, muitas vezes, o infortúnio que lhe abate sem um mediador especializado, sem passar por qualquer outro sujeito que fale por ele. Enuncia-se, duplamente.

A vítima se mostra diretamente a quem quer que seja. Pelo menos dois aspectos merecem destaque: a) o modo como se apresentam estes sujeitos ocupando a posição consciente e qualificada de vítima; b) a forma que modula a exposição desta vitimização, ou seja, aquela criada na lógica da rede, feita para conectar e compartilhar.

O compartilhamento se tornou uma prática valorizada (e que também valoriza) que, em boa medida, redefine as figurações que adensam as formas da representação cultural da solidariedade contemporânea. É aqui que uma diferença qualitativa em relação aos modos anteriores de enunciação/visibilidade/mediação do sofrimento para um novo esboço da solidariedade (como correlatos ativos) se coloca com mais força.

O discurso da comum humanidade que vinculava sofredor e espectador na base de uma moralidade piedosa e anódina caducou frente às solicitações de uma sociedade tecnológica, multicultural e pluralista. A assimetria inerente às posições de quem vê e

de quem sofre, tão criticadas na “política da piedade” (BOLTANSKI, 1999; ARENDT, 2001), foi substituída pela liberdade de escolha garantida por uma política, nomeada de democrática e liberal, que não se furta em ser um componente ativo desta reformulação dos lugares e dos pactos entre o que vê e o que sofre; entre nós e o outro.

Em boa medida, as interações afetivas que subjazem tais apelos às formulações solidárias em causa se coadunam à lógica de um capitalismo flexível, “cognitivo” ou “imaterial” que toma a própria vida em suas vertentes criativa, de imaginação ou conhecimento como núcleo de produção econômica, ou seja, como forma de capitalização da própria vida cotidiana.

Em conformidade com o pensamento de Chouliaraki pode-se muito bem inscrever uma observação complementar trazida por Zizek (2005).

“As imagens do outro esqualido, da criança que perde a vida nos braços da mãe silenciosa e também exangue, os olhares das crianças, velhos e mulheres quase-vivos, quase-mortos, que alcançam visibilidade fotográfica e cinematográfica, para além da nobreza das intenções humanitárias de fotógrafos (vide Sebastião Salgado) e cineastas, expressam a obscenidade do “humanismo” atual e convocam nossa reflexão acerca do “outro” que nos é tolerável. Para ser “bonzinho” e solicitar nossa piedade, ele tem de estar à beira da morte, despotencializado, totalmente incapacitado para a ação, reduzido à despolitização radical” (ZIZEK, 2005, 61).

Algumas questões se lançam de imediato neste cenário problemático. Qual função política atende estas novas formas de narrativas autobiográficas disseminadas em rede e que, com frequência, são reforçadas pela grande mídia? Como os sujeitos articulam seu desejo de exposição às formas socialmente aceitáveis e valorizadas da vítima? Qual a extensão das modificações dos papéis da vítima e do espectador em nossa sociedade? E quem são os agentes ativos e como se processam, nestas manifestações, as interações entre agir e sentir?

A discussão sobre estas questões ainda é inicial e um conjunto de autores tem se mobilizado sobre seus desdobramentos, sobretudo, nas vertentes políticas e sociais. Entre nós, ainda, um primeiro movimento de análise segue em direção aos relatos e reportagens que proliferam na mídia e que tem oferecido subsídios informativos importantes à proposta de pesquisa.

## Elogio à singularização e experiência compartilhada

Em junho deste ano a campanha Amigos do Pedrinho, criada nas redes sociais pela mãe do bebê Pedro, Aline Bagarão, no dia 16 de maio, divulgou que uma arrecadação em dinheiro, em pouco mais de um mês, já tinha atingido o valor de R\$ 964 mil. Ainda era preciso chegar ao montante de R\$2 milhões para realizar, nos Estados Unidos, o transplante de intestino que salvaria a vida do garoto, que nasceu com uma síndrome rara no órgão.

A página criada para a campanha, até então, já contava com 124 mil compartilhamentos. Além disso, celebridades e famosos se engajaram e também começaram a replicar e curtir a página da campanha.

Em Marília, cidade natal do garoto, outras ações se somaram ao esforço familiar de arrecadar fundos e divulgar a causa. Um pedágio foi realizado pelos moradores em uma das principais vias da cidade e, em pouco mais de três horas, obteve R\$ 7 mil. O valor arrecadado foi entregue aos pais de Pedrinho.

Em uma reportagem divulgada pelo portal de notícias G1 da Globo.com, em 26 de junho de 2014, uma das moradoras que participou do mutirão em Marília declarou a eficiência da ação solidária que começou nas redes sociais e tinha ganhado as ruas. Segundo a contadora Fabiana Olivas Moinhos; “O que sentimos durante o pedágio é que de moeda em moeda a gente consegue tudo. Foi cansativo, mas valeu muito a pena ver as pessoas estendendo a mão para ajudar. Se fosse com o meu filho ia querer uma atitude igual” (G1, em 26 de junho de 2014)<sup>4</sup>.

Em outro caso exemplar divulgado na imprensa, o garoto Dylan Siegel, de seis anos, escreveu um livro chamado “Chocolate Bar” para que sua venda, através das redes sociais e em *site*, criado pela própria mãe, ajudasse a arrecadar fundos para o tratamento do seu amigo Jonas, que sofre de uma doença genética incurável. Uma indústria de chocolate norte-americana, WholeFoods, resolveu se aliar à campanha de Dylan e dou

---

<sup>4</sup>Disponível em <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/06/moradores-de-marilia-se-mobilizam-para-ajudar-bebe-com-doenca-rara.html>. Acessado em 10 de agosto de 2014.

barras de chocolate para serem entregues aos compradores do livro. Em poucos meses a campanha já tinha arrecadado U\$400 mil e pretendia atingir a meta de um milhão de dólares, que seria doado a um programa de pesquisa da Universidade da Flórida, que estuda a doença.

Exemplos como o da campanha Amigos do Pedrinho ou Chocolate Bar proliferam nas redes sociais todos os dias. Em geral, a finalidade é arrecadar fundos para o auxílio no tratamento de doenças ou realização de cirurgias específicas. Mas é possível notar também uma série de outras motivações.

A emergência destas novas formas de convocação midiática da solidariedade, além de indicar certa autonomia dos processos que surgem e se proliferam nas redes, também expõe modificações nos modos de estabelecimentos dos vínculos e interações que se promovem entre os sujeitos em causa. Se de um lado não é necessário apresentar mais que um breve relato pessoal sobre a circunstância que levou à vítima (direta ou indireta), - no caso do solicitante, a se expor e declarar sua condição a um público indiscriminado, de outro lado, uma rede de colaboradores se mostram e se apresentam como agentes ou multiplicadores das causas. Em nome do engajamento solidário, as pessoas recomendam à sua rede de relacionamentos a fazer o mesmo e se colocam como porta-vozes diretos da própria vítima.

Mais uma vez a dinâmica promovida entre enunciação e visibilidade aparece imbricada de tal forma que os limites que lhes definem se mostram mais tênues que nunca. Talvez não seja precipitado indicar que esta imprecisão de seus contornos seja uma evidência da resignificação que estas instâncias passam uma vez que se reconstituem enquanto processualidade.

Não são apenas os agentes que mudam seus papéis e funções, antes muito demarcados nas posições de sofredor e espectador, mas também os lugares que os caracterizavam e os conformavam como tal. Qualquer um pode transitar entre as diferentes colocações conforme sua própria necessidade, conveniência ou vontade.

A abertura, ou melhor, a transitoriedade favorecida no uso das redes, encontra, contudo, uma instância que não se altera em natureza: a mediação. Na verdade, a

centralidade da mediação é que parece promover uma dinâmica nas esferas da enunciação e da visibilidade. A midiaticização, como explica Fausto Neto,

(...) chama atenção para uma certa centralidade das mídias, mas enquanto um «lugar mediador» na medida em que estas se colocam como um ponto de articulação entre partes da sociedade, dependendo num grau maior ou menor, de outras dinâmicas de campos e de suas práticas sociais (FAUSTO NETO, 2008, 91).

Deste modo, é uma nova racionalidade acerca dos processos midiáticos que se constitui. De fato, tais processos não podem mais ser vistos apenas como transportadores de sentido ou mesmo provedores de novos espaços de interação entre produtores e receptores, mas, para além disso, uma nova matriz produtora e organizadora de sentidos no âmbito das práticas sociais mesmas.

Talvez ainda seja cedo para preconizar, junto com certas perspectivas teóricas, que uma nova roupagem da ação solidária surge em nossa sociedade apenas como estratégia que segue a lógica das gestões empresariais e se replica socialmente. Apesar de reconhecermos a importância do lugar da crítica e da suspeição sob os novos arranjos sociais que surgem a partir das incorporações tecnológicas, uma mudança sempre enuncia deslocamentos e novos rearranjos.

No entanto, nos parece produtivo aliar ao trabalho da crítica uma análise que não determine, de saída, um juízo, mas que possa oferecer –caso haja- indicações de possibilidade naquilo que a prática solidária possa apresentar de potencialmente fecundo à (con)vivência humana. Conforme Richard Sennett (2012), em nossos dias, a cooperação não pode ser descartada como uma capacidade política.

## Referências

BOLTANSKI, Luc. *DistantSuffering: morality, media andpolitics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

BRAGA, José Luiz. Sobre mediatização como processo interacional de referência. Biblioteca Compós, 2006. Disponível em [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_446.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_446.pdf)

CHOULIARAKI, Lilie. The ironicspectator. Solidarity in the age of post-humanitarianism. Cambridge: Polity Press, 2013.

\_\_\_\_\_. Improperdistance: towards a criticalaccountofsolidarity as irony. InternationalJournalof Cultural Studies, 14 (4). 2011. pp. 363-381.

\_\_\_\_\_. Post-humanitarianism: humanitarian communication beyond a politicsofpity. InternationalJournalof Cultural Studies, 13 (2). 2010. pp. 107-126.

\_\_\_\_\_. The SpectatorshipofSuffering. London: Sage, 2006.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: O mistério de Ariana. Lisboa: Vega, 1996.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiatização. Matrizes, São Paulo, vol. 1, n.2, p. 89-105, abril/2008.

RORTY, Richard. Contingencia, ironia y solidaridad. Barcelona: EdicionesPaidós Ibérica, 1991.

SENNETT, Richard. Together. The Rituals, PleasuresandPoliticsofCooperation. New Haven: Yale University Press, 2012.

ZIZEK, Slavoj. Que veutl'Europe?Réflexionssurune nécessaire réappropriation. Castelnau-le-Lez: Climats, 2005.